



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## PARECER SECRETARIA LEGISLATIVA

### DEPARTAMENTO LEGISLATIVO – DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO

**PROPOSITURA:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 54/2023.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A CARTILHA DE ORIENTAÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA A PREVENÇÃO CONTRA CRIMES QUE ATINJAM A DIGNIDADE SEXUAL NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM AMPLA DISTRIBUIÇÃO NAS REDES DE ENSINO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

**PROTOCOLO:** 70/2023.

**AUTOR:** DEPUTADO AFFONSO CÂNDIDO.

**RELATORA:** DEPUTADA DRA. TAÍSSA.

#### I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Defesa Dos Direitos da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, o Projeto de Lei Ordinária nº 54, de 2023, que *Dispõe sobre a cartilha de orientação às crianças e adolescentes para a prevenção contra crimes que atinjam a dignidade sexual na rede mundial de computadores, com ampla distribuição nas redes de ensino do Estado de Rondônia.*

A matéria foi apresentada em 25/04/2023, em Plenário, na data 05/03/2024 recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e desde o dia 02/04/2024, se encontra nesta Comissão de Defesa Dos Direitos da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso para análise do mérito da matéria.

Eis o relatório.

#### II - ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 29, §14 e seu inciso III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Rondônia, apreciar a matéria sob o prisma do mérito, vejamos:

**Art. 29.** As competências das Comissões Permanentes são as definidas nos parágrafos deste artigo.

[...]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

§ 14. À Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso compete:

[...]

**III - opinar sobre o mérito de proposições relativas aos interesses e direitos da criança**, da mulher e do idoso, incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Maria da Penha e no Estatuto do Idoso;

Pois bem.

A matéria busca estabelecer diretrizes para a implementação de promoções a orientação às crianças e adolescentes para prevenção contra crimes que atinjam a dignidade sexual, na rede municipal de computadores, com ampla distribuição nas redes de ensino, com amparo na Lei Federal nº 13.718/2018.

A Lei Federal nº 13.718/2018 tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Em sua justificativa, o autor registra pontualmente o eixo de debate da matéria, vejamos:

“[...]

*...a falta de conscientização sobre o tema pode levar a problemas emocionais e psicológicos, como a depressão e ansiedade. O assédio virtual e a violência sexual podem deixar marcas profundas nas vítimas, afetando sua autoestima e sua confiança. A educação sobre a prevenção e o combate a essas práticas pode ajudar a evitar esses problemas e promover o bem-estar emocional dos jovens.*

[...]”

Feito estes registros, no mérito da matéria, não contemplamos qualquer óbice que impeça de prosseguir e consequentemente tornar-se Lei a ser seguida pelo Poder Público.

### III – DO VOTO

Pelo exposto, nos manifestamos quanto ao Projeto de Lei Ordinária nº 54, de 2023, **no mérito**, pela sua **APROVAÇÃO**, com louvor.

Plenário das Deliberações, 03 de abril de 2024.

  
**DRA. TAISSA**  
Deputada Estadual





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**SECRETARIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE COMISSÕES**

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE,  
DA MULHER E DO IDOSO**

**PARECER Nº 001/CDDCAMI/2024**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer da relatora Deputada Doutora Taissa Souza, **favorável** ao Projeto de Lei nº 54/2023, de autoria do Deputado Affonso Cândido, que “Dispõe sobre a cartilha de orientação às crianças e adolescentes para a prevenção contra crimes que atinjam a dignidade sexual na rede mundial de computadores, com ampla distribuição nas redes de ensino do Estado de Rondônia.”

Estiveram presentes e votaram os Senhores Deputados: Ismael Crispin, Doutora Taíssa, Ieda Chaves e Delegado Rodrigo Camargo.

Plenarinho das Comissões 2, 07 maio de 2024.

**DEPUTADO ISMAEL CRISPIN-  
PRESIDENTE/CDDCAMI - Em exercício**

**DEPUTADA DOUTORA TAÍSSA  
RELATOR**